



Eixo 2 - Territórios em disputa

**A REFORMA AGRÁRIA E OS CONFLITOS POR TERRA EM FEIRA DE
SANTANA, ACAMPAMENTO ESTRELA VIVE**

Carla Katielly Oliveira da Silva

Graduanda do curso Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana

Carlakatielly2013@hotmail.com

Irivanderson dos Santos Nascimento

Graduando do curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana

Irivanderson.nas@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar os conflitos territoriais no acampamento Estrela Vive, localizada na fazenda do Mocó, nas proximidades do bairro Campo do Gado, em Feira de Santana-BA. Para além da análise dos conflitos territoriais, a falta de políticas públicas e a luta pela reforma agrária são elementos presentes no texto. Foram realizadas visitas de campo e pesquisas bibliográficas sobre a temática. Para os latifundiários a propriedade da terra serve ao modo de produção capitalista, desse modo, existe um interesse da criminalização dos movimentos sociais por parte da classe dominante. Portanto, a pesquisa realizada objetiva-se em analisar a dinâmica espacial do acampamento, desde a sua ocupação até o período atual, considerando sua funcionalidade e questionando a ideologia dominante.

Palavras chave: MST. Reforma Agrária. Conflitos territoriais.

INTRODUÇÃO

A escolha da temática deu-se pelo interesse em aprofundar o conhecimento acerca do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST), um dos maiores movimentos sociais do país que luta em favor da reforma agrária, a qual é necessária para a redução das desigualdades sociais, assumindo suma importância na luta pelo investimento na agricultura familiar, que é responsável por 70% dos alimentos que estão na mesa dos brasileiros. A luta pela reforma agrária no Brasil persiste há muitos anos, e atualmente, em 2017, ainda não ocorreu tal reforma. Há algumas terras pelo país, onde os trabalhadores rurais do movimento estão acampados, e outras terras que foram assentadas e conquistadas por meio do movimento, através da luta. Nos acampamentos

eles continuam reivindicando para que sejam assentados, e na luta pela reforma agrária muitos deles acabam morrendo por represália da polícia e fazendeiros, e aqueles que continuam vivos contam com a esperança de um dia adquirirem a posse legal das terras.

No contexto da cidade de Feira de Santana- BA, no ano de 2008, cerca de 150 famílias ocuparam as terras da fazenda do Mocó, localizada no bairro Campo do Gado, fato que dá início ao processo de acampamento sem-terra. Atualmente, o número de residentes reduziu para 80 famílias, que esperam ser assentadas, tornarem-se proprietárias das terras e cultivarem hortaliças para consumo próprio, as quais, antes da seca, eram vendidas no comércio de verduras da cidade. Os moradores esperam a legalização da posse das terras, para que possam cultivar ainda mais e vender as hortaliças produzidas na organização do espaço rural, tanto do ponto de vista econômico como geográfico. Recentemente, em virtude da seca e do desprovimento de incentivo governamental às técnicas agrícolas, os trabalhadores rurais estão impossibilitados de vender no centro de abastecimento, pois a colheita tem sido insuficiente, auxiliando apenas no sustento das famílias.

OBJETIVO

O presente artigo objetiva analisar a organização dos trabalhadores rurais do acampamento Estrela Vive, além disso, como ocorrem as discussões frente ao Governo do Estado da Bahia.

Objetivos específicos:

- Analisar como se organiza o espaço do acampamento Estrela Vive.
- Identificar a função social dos acampados.
- Compreender a dinâmica histórica espacial do acampamento.

REFERENCIAL TEÓRICO

CONCEPÇÕES SOBRE ESPAÇO RURAL

O censo brasileiro tem uma característica relevante no que tange o rural, as áreas são denominadas urbanas em quase todo o espaço ou em sua totalidade, muitos municípios de pouca densidade são caracterizados como urbano, dando vazão à interpretação de grande diminuição do espaço rural. Dessa forma, faz-se necessário repensar o senso no Brasil para dividir a população urbana e rural, pois em nosso país existe a concepção de rural como algo de atraso, nessa visão, os censos demográficos feitos nos últimos anos de fato não caracterizam o total da população rural, nas estatísticas está abaixo do que é na prática.

Para Santos (2009), o conceito de espaço rural é uma forma de organização social que é produzida pela sociedade e não se restringe à atividade agrícola, tão-somente pela criação de animais em determinado espaço formado por relações entre o homem e a natureza. O espaço rural é tudo que está no campo, sendo agrícola ou não. Entende-se nessa visão que para Santos (2009, p. 20): “O conceito de espaço rural é muito mais amplo, pois engloba formas de produção, de consumo, comportamento infraestrutura, técnicas, enfim, uma gama de fatores que, relacionados entre si, pode expressar se o meio é caracterizado como rural ou não.”

Santos (2009) ressalta que o conceito de novo espaço rural brasileiro tem sido pensado em decorrência das renovações tecnológicas na agricultura desde 1970, oportunizando um rural com novas relações de trabalho. Segundo o autor, as mudanças no espaço rural brasileiro têm implicado em uma definição de novo espaço rural:

Esta visão de novo rural aproxima-se das ideias neoliberais, que preconizam apenas a adoção de medidas compensatórias no enfrentamento das desigualdades sociais e da miséria. A principal proposição das ideias do novo rural é fazer com que as políticas de Governo incorporem a dimensão urbana no espaço rural e também incluir nas perspectivas de ação no campo, o incentivo à geração de atividades não agrícolas. (SANTOS, 2009, p. 23)

O que há de preocupar com esse novo rural, a partir de uma perspectiva neoliberal, é até que ponto tal pensamento pode descaracterizar a realização plena da reforma agrária, uma vez que, nessa visão de espaço rural, a vinculação direta com a terra deixa de ser essencial para dar lugar às outras atividades não agrícolas exercidas pelos trabalhadores.

REFORMA AGRÁRIA

Para Umbelino (2007), o conceito de reforma agrária apresenta-se no viés da concentração de terra pelo capitalismo, comenta que a terra no capitalismo é tida como mercadoria, ou seja, as grandes quantidades de terra estão nas mãos dos capitalistas transformando a terra em mais valia, a quantidade de terras demonstra o poder aquisitivo, desse modo, a reforma agrária surge no contexto do capitalismo como forma de resolver os problemas sociais gerados pela grande concentração de terras nas mãos de poucos, assim surge a natureza das desapropriações, em muitos casos. O Estado, pela lógica capital, não tem garantindo o direito da reforma agrária, mas tem comprado terras dos grandes proprietários, e após concedê-las para as famílias de camponeses, através das lutas dessa classe para consegui-las, as lutas precisam ser também contra o capital:

Assim, esse processo contraditório, que cria a necessidade da reforma agrária, não resolve, no entanto, a contradição histórica imposta pelo avanço da cooperação em nível do processo produtivo, garantida, aliás, pelo desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Mas, seguramente coloca o camponês diante da necessidade histórica da sua própria transformação como produtor individual. Revela-lhe, portanto, a necessidade histórica da incorporação da cooperação no processo produtivo, e consequentemente da sua transformação de trabalhador individual (familiar) em trabalhador coletivo. (UMBELINO,2007, p. 67)

A reforma agrária está ligada à ideia de revolução agrária, e no século XX ocorreu uma crescente onda desse fenômeno, principalmente nos países desenvolvidos, no contexto que a maior parte das terras estava sob o domínio dos capitalistas, enquanto a classe camponesa enfrentava a escassez de terras. Nessa expectativa revolucionária o Governo interviu muitas vezes para conter a efervescência social que poderia culminar em uma revolução socialista. O recurso que o governo encontrou para evitar a situação nesses países foi a realização de planos envolvendo a reforma agrária inclusa. Devido a tais circunstâncias, não se fala em reforma agrária em países desenvolvidos, uma vez que já ocorre nesses países a distribuição das terras dos grandes latifundiários para os pequenos camponeses no país:

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos,

econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. (UMBELINO,2007, p. 68)

No Brasil, em 1962, a lei “garantia” a reforma agrária. Vejamos os artigos da lei: “Art. 141 § 16 - É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro... Art. 147 - O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.”

MOVIMENTO SEM TERRA

Um dos maiores movimentos sociais do Brasil foi formado de dentro dos sindicatos rurais que viram a necessidade de formar um grande movimento para lutar pela reforma agrária em todo o país, organizando reuniões em alguns estados pelos sindicatos rurais, fazendo alianças com igrejas, partidos políticos e outras organizações. Assim formados seus grupos estaduais, depois de um tempo, tornaram-se um movimento nacional que intenta formular maneiras de terem acesso às terras, modos que se dão através da montagem de acampamentos, para assim o governo desapropriar as terras e passar para eles, e enquanto não o faz, os grupos continuam acampados e utilizando-se daquele espaço para o cultivo, na esperança de que aquelas terras um dia venha a lhes pertencer.

Para Fernandes (2000), o MST tornou-se um dos movimentos sociais mais importantes do Brasil. As lutas por terra sempre estiveram presentes na história desse país, os conflitos nos campos vêm de longas datas, desde o processo de formação do Brasil, marcado pela invasão do território indígena e pela escravidão, e produção do território capitalista, onde houve muitas represálias: os índios se opuseram e lutaram; muitos escravos fugiram e formaram os quilombos.

No século XIX com o fim da escravidão passa a existir a venda da força de trabalho ao capitalismo, os camponeses trabalhavam nas terras e outros expulsos viviam sem elas e ao mesmo tempo fazendeiros grilavam as terras, faziam acordos políticos e outras fraudes para obterem as terras ilegalmente, é contra a exploração aos trabalhadores dos campos que os movimentos dos sem-terra vêm lutando. Para Fernandes (2000, p. 19): “O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST), desde sua gênese, tem sido a principal organização no desenvolvimento dessa forma de

luta. O MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra.”

O nascimento do MST dá-se em meio às lutas e resistência dos trabalhadores contra a expropriação e a expulsão do trabalho assalariado. O nascimento do MST surge em 1985 oficialmente no seu primeiro encontro nacional em Cascavel no Paraná, logo, após muitas reuniões por alguns estados do país, começaram a se organizar desde 1979. Houve muitas lutas antes da sua formação, em cada estado os camponeses sem-terra criaram meios para conquistar as terras, e essas lutas foram o início da organização do MST. Fazendo reuniões, avaliando os diversos movimentos espalhados pelo país, analisando as alianças estabelecidas e as suas expectativas diante da política do governo.

Assim organizaram-se, criando bases estaduais, escolhendo pessoas para ocupar as secretarias. Durante esse período novas famílias aderiram ao movimento, que foi ganhando força nos estados. Essas foram as estratégias usadas pelo MST para a territorialização da luta pela terra em todo o Brasil, desse modo, aconteceu o nascimento do MST.

METODOLOGIA

Partindo de uma concepção metodológica dialética que o espaço não é estático, mas encontra-se em movimento, e que o objeto de estudo (acampamento Estrela Vive) em períodos anteriores era uma área sem habitação e o MST a transformou em espaço para produção da agricultura familiar, foi utilizado aqui o método histórico dialético. Como métodos procedimentais foram realizados levantamentos bibliográficos a fim de referenciar teoricamente e entender a situação atual da reforma agrária, partindo de pressupostos históricos das divisões de terras do Brasil, como era antes e como é atualmente. Após pesquisas bibliográficas ocorreram estudos de campo, que consistiram em observar a organização e produção do espaço, além de entrevistas informais com líderes do movimento. Levando em consideração que a sociedade é formada por partes e componentes diferenciados e inter-relacionados, cada função é essencial na vida social, cada componente social tem sua função na sociedade, nesse caso, o trabalho consistiu em analisar a funcionalidade do acampamento no que tange a agricultura familiar e no que implica a sociedade.

UMA ANÁLISE DO ACAMPAMENTO ESTRELA VIVE: UM ESTUDO DE CAMPO

Em 2008, aproximadamente 150 famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocuparam as terras da Empresa Baiana De Desenvolvimento Agrícola (EBDA), na fazenda do Mocó. As terras pertencem ao governo do estado da Bahia. A partir daí, surge o acampamento Estrela Vive, o nome é uma homenagem a um companheiro chamado Estrela que morreu na luta pela terra. As famílias acampadas sobrevivem da agricultura familiar, produzem amendoim, melancia, abóbora, feijão e milho. Além do consumo das famílias ocupadas, em épocas de chuva vendiam-se esses alimentos no centro de abastecimento de Feira de Santana. Os trabalhadores rurais também resgataram em 2014 a tradição dos festejos juninos e reuniram cerca de 600 pessoas, incluindo lideranças políticas que na oportunidade colocaram-se a favor da luta pela terra e do acampamento Estrela Vive. Ainda no ano de 2014, segundo o jornal a Tarde, o EBDA requereu as terras, porém não houve êxito devido ao diálogo do Movimento Sem Terra com o Governo do Estado. A produção agrícola do acampamento em períodos anteriores era vendida no Centro de abastecimento de Feira de Santana, mas atualmente é voltada apenas para a subsistência, devido à seca aliada a falta de investimentos por parte dos governantes em técnicas agrícolas. Foram realizadas visitas no acampamento, e em uma conversa informal com moradores foi discutida a dificuldade com a inserção da juventude no acampamento devido a dificuldade de resistir no campo frente a um processo de urbanização aliado à seca. Os jovens buscam na cidade uma melhoria de vida, pois, devido a dificuldade de acesso à terra e a luta contra o latifúndio, na atual conjuntura ainda mais acirrada, não veem no campo uma boa perspectiva. Outro anseio da comunidade é em relação à reforma da previdência que afeta diretamente os trabalhadores rurais com a medida de cobrar de forma errônea o pagamento do INSS.

Existe ainda um interesse da Universidade Estadual de Feira de Santana de utilizar a área para aulas práticas do curso de agronomia. Segundo divulgado no mural de notícias do site da universidade, foi assinado no de 05 de setembro de 2012 um documento de parceria da UEFS junto ao EBDA, vinculada à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI). Vale salientar que o curso de agronomia da UEFS é voltado para a agricultura familiar, além disso, tal parceria ocorreu em outros

locais próximos a Feira de Santana como: Rio Seco, em Amélia Rodrigues, e a Fazenda Porteira, no município de Irará. Porém, segundo líderes do movimento, não houve diálogo com as famílias, uma vez que, a partir da ocupação das terras que politicamente pertencem aos acampados, isso traz uma preocupação no que tange a manutenção e a garantia de serem assentados.

RESULTADOS PRELIMINARES

As famílias que continuaram acampadas na Fazenda do Mocó ainda não conquistaram o direito de se assentar, pois esperam alguns trâmites burocráticos junto ao Governo do Estado para a legalização da terra. Segundo os líderes do movimento, as negociações durante um período vinham avançando no acampamento, mas atualmente não ocorrem. Há também uma leitura por parte dos líderes de que a parceria da UEFS com a EBDA tem atrapalhado as negociações. A demora das negociações, a seca e falta de técnicas de plantio são fatores responsáveis por famílias terem migrado para outros acampamentos com garantia mais imediata de serem assentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O país experiencia um momento em que os direitos dos trabalhadores, em especial os rurais, estão sendo atacados. As conquistas desses trabalhadores foram através de muitas lutas dos movimentos pelo direito à terra, mas por outro lado, diante da atual conjuntura política, tais direitos podem ser retirados. A classe dominante utiliza o poder da mídia para disseminar preconceitos sobre a reforma agrária e direitos dos trabalhadores rurais, acontecimento que torna mais necessário o diálogo com a sociedade, a fim de desconstruir paradigmas impostos. Para chegar a tal êxito, faz-se necessária a educação escolar no/para/sobre o campo; as políticas públicas precisam, antes de tudo, ser do conhecimento do cidadão. O acampamento Estrela Vive resiste há quase oito anos, e nesse período houve um esforço da mídia local em marginalizar o movimento dos trabalhadores rurais sem terra e da ocupação. Diante das dificuldades, da falta de técnicas agrícolas, garantia da terra, o movimento resiste com formação política, trabalho de base e cooperação entre os trabalhadores rurais, para que um dia seja possível negar as afirmações disseminadas pela mídia burguesa.

ANEXO

Figura 1- Registro fotográfico do acampamento Estrela Vive.



Fonte: SILVA, Gilmar (2017)

REFERÊNCIAS

BORIN e VEIGA. **Brasil rural na virada do milênio**, São Paulo, USP, 2001.

CARTER. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**/Miguel Carter (org.); [tradução de Cristina Yamagami]. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FERNANDES. **A formação do MST no Brasil**, Petrópolis, Editora vozes, 2000.

SANTOS, José Antônio Lobo. **Implicações da PRONAF na produção do espaço rural de Feira de Santana**. Editora UEFS, Feira de Santana-Ba 2009.

UMBELINO, Ariovaldo Oliveira. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**, São Paulo, FFLCH, 2007.

Sites visitados

Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro, site Portal Brasil acessado em 18/05/2017. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>

Mural de notícias da UEFS, acessado em 17/05/2017. Disponível em <http://noticias.uefs.br/portal/noticias/2012/estudantes-de-agronomia-vaio-utilizar-estacoes-experimentais-da-ebda>